

CAMPANHA COBRA JUSTIÇA E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DA TRAGÉDIA PROVOCADA PELA VALE



As vítimas do crime da Vale em Mariana, a poucas semanas de completar oito anos do rompimento da Barragem do Fundão, ocorrido em 15 de novembro de 2015, mantêm-se unidos e mobilizados em busca de justiça. A campanha “Revida Mariana” pretende chamar a atenção da sociedade, no Brasil e no exterior, para os prejuízos causados pelo desastre ambiental e social aos moradores da região, incluindo indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que até hoje não foram devidamente compensados. Com uma série de atos em torno da luta por reparação, a mobilização foi lançada na semana passada em Belo Horizonte.

Além de reivindicar a reparação integral das pessoas atingidas pelo crime cometido em Mariana pelas mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton, a campanha, idealizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), denuncia os danos causados pela privatização de estatais e se posiciona contra o projeto do governo Zema de entregar Cemig, Copasa, Gasmig e demais empresas públicas à iniciativa privada.

Um dos atos do movimento “Revida Mariana” foi realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 26 de setembro, com a participação de entidades do movimento social e sindicais, como o SINDÁGUA. No evento, foi criticado também a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo Zema para acabar com a exigência de referendo popular e reduzir o quórum necessário para a aprovação da privatização da

Copasa e Cemig, empresas públicas de saneamento e de energia elétrica, respectivamente.

O presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, ressaltou que a tragédia de Mariana é um exemplo claro dos danos da privatização. “Não podemos aceitar que as estatais mineiras sejam entregues à iniciativa privada. A população será mais uma vez prejudicada, como aconteceu em Mariana.”

A campanha de comunicação foi lançada virtualmente no dia 14 de setembro, para dialogar com a sociedade, em âmbito nacional e internacional, para dar visibilidade à luta das milhares de vítimas que continuam sofrendo com a devastação deixada pelas mineradoras que causaram o rompimento da Barragem do Fundão. O objetivo principal é pressionar a Justiça brasileira e estrangeira a garantir a reparação efetiva e integral dos atingidos e também assegurar a punição dos responsáveis pelo crime ambiental e social.

As negociações para reparação das vítimas de Mariana, no Brasil, atualmente coordenadas pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), são lentas e confusas, segundo o MAB, sem a participação dos atingidos. Na ação ajuizada na Inglaterra, mais de 700 mil atingidos processam a empresa anglo-australiana BHP em busca de reparação. Em agosto, a Vale também se tornou ré no processo, avaliado em US\$ 44 bilhões (cerca de R\$ 230 bilhões), que deve ser julgado em 2024. A BHP e a Vale são controladoras da Samarco, subsidiária que gerenciava a Barragem do Fundão na época do crime ambiental.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais: